

# Congresso enfrenta novo desafio político

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

**Dois fatores devem pesar de forma permanente nas atenções dos deputados e senadores que, terça-feira, estarão inaugurando a nova legislatura: pela primeira vez em 19 anos, eles foram eleitos livremente e atuarão sem o constrangimento de atos excepcionais, de um lado, mas, de outro, precisarão conviver com o poder que utilizou e depois revogou aqueles atos. Mais do que qualquer outro Congresso depois de 1964, este é legítimo, além de legal, não obstante a incômoda presença de 22 senadores ainda biônicos e de alguns casuismos que marcaram o pleito de 15 de novembro passado.**

Dúvidas inexistentes, porém, de que o Legislativo prestes a se empossar representa o eleitorado. Proveio dele, sem outras influências e vícios que os decorrentes dos tempos modernos, do poder econômico à ação de certas oligarquias, da demagogia barata à interferência do poder estatal. O fato de as eleições se terem realizado com a presença de quantos pretendiam disputá-la, porém, com a plenitude dos direitos políticos de eleitos e eleitores, resultante da anistia, devolve ao Congresso condições que sequer o que encerra seu período amanhã possuía, pois, se este atuou sem os condicionamentos do AI-5, é sempre bom não esquecer que seus integrantes foram eleitos sob a égide daquele execrável instrumento de força.

Em paralelo, o poder maior, do Executivo, ainda se apresenta desprovido de legitimidade. Eleito pela Nação, o general João Figueiredo não foi, senão imposto pela vontade revolucionária, tanto faz se de um homem só, o seu antecessor, ou do chamado Sistema, que, à maneira das bruxas, ele tenta negar, mas existe. Como, no entanto, foi esse poder revolucionário que proporcionou o reingresso da sociedade no ainda não completado caminho de volta ao Estado de Direito, até ensejando o aparecimento de um Legislativo legítimo, a contradição diminui e revela condições, mesmo penosas, para a futura concretização da meta comum. Essa consiste numa sucessão presidencial despojada de imposições e, por coincidência, a ser promovida pelo novo Legislativo, daqui a menos de dois anos.

Ao contrário da Física, não será no infinito que as duas paralelas se poderão encontrar, mas em janeiro de 1985, pois política, felizmente, não é ciência exata. Para que isso aconteça, tanto quanto de firmeza o Congresso necessitará de cautela. Muita cautela. E muita firmeza. Os acontecimentos dos últimos dias demonstram que o poder revolucionário, no caso o presidente da República, mesmo tendo proporcionado as condições para o aprimoramento institucional, permanece envolto de idiossincrasias, suspeitas, incompreensões e muito desprezo pela arte da política, precisamente aquela a que devem dedicar-se os novos deputados e senadores, não no sentido pejorativo, mas visando ao bem comum. A contribuição do general Figueiredo para a institucionalização do País é inegável e não deve deixar de ser louvada, mas sua concepção sobre política corre o risco de atropelar a sucessão e deitar o andor por terra. Ao Legislativo em vias de se empossar cabe a tarefa de evitar que quebre o frágil santo de porcelana, a democratização, prosseguindo no rumo da igreja em meio à chuva e ao vento.

Os novos deputados e senadores enfrentarão obstáculos conjunturais e obstáculos globais para cumprir sua missão. Entre os primeiros, o decreto-lei que reformula a política salarial, o voto distrital e outras proposições felizes e infelizes que a dinâmica do dia-a-dia lhes for colocando na frente. Saíram-se bem do primeiro teste, a composição interpartidária para o preenchimento das Mesas da Câmara e do Senado. Houve acordo entre as diversas legendas, maiores e menores, representadas todas, proporcionalmente, nos comandos legislativos. Resta saber se disporão das mesmas condições para entender-se em torno de dois temas tão agudos quanto polêmicos como os referidos. Afinal, nem o PDS dispõe de unanimidade para referendar a mudança da lei salarial, que, se parece importante por representar a única saída aceita pelo Fundo Monetário Internacional para nos continuar ajudando, exprime medida impopular e prejudicial aos interesses da grande massa assalariada. Quanto ao voto distrital, a mesma coisa: as oposições o reparam, menos pela teoria do que pela prática, e até na legenda governista são inúmeras as vozes a contestá-lo.

O maior potencial de desencontros, no entanto, situa-se nas questões maiores, afetas ao processo de institucionalização a que o Legislativo se deve dedicar. Primeiro, a reforma ampla da Constituição, necessidade absoluta para a operação democrática. A Carta atual é um monstrengoso, espúrio nas suas origens e confuso e contraditório no seu texto. Já no preâmbulo, onde é dito que "os ministros militares, no uso de suas prerrogativas (sic), resolvem 'promulgar' a seguinte emenda", o que está escrito ofende a dignidade nacional. As prerrogativas do Congresso precisarão ser restabelecidas, o decurso de prazo não deve continuar existindo, como a reforma tributária surge imprescindível, para não falar no amontoado de casuismos e aberrações no Capítulo das Disposições Transitórias. Essa é a obrigação parlamentar, mas, do outro lado, o Executivo não dá mostras de pretender abrir mão de facilidades herdadas dos tempos da ditadura.

A seguir, haverá que alterar determinadas leis ainda vinculadas ao passado de exceção: a de segurança nacional, a de imprensa e

algumas específicas da área econômica, sem o que democracia não seremos, e se já não somos ditadura, arriscamo-nos à cômica e triste situação de nos tornarmos numa democradura.

Fazer valer o peso de sua representatividade e interferir nas questões de governo, delas participando e sobre elas opinando antes das soluções impostas, em suma, participando, é outra obrigação dos novos legisladores. A crise econômica não deverá mais ser discutida e enfrentada nos gabinetes fechados da tecnocracia. Nem as dificuldades sociais. No plano político, localiza-se o processo sucessório, que, mesmo segundo as atuais regras do jogo, não pode mais ser equacionado e solucionado com exclusividade no Palácio do Planalto.

Como desenvolver toda essa ação sem estabelecer o confronto com o Executivo, isto é, como agir com firmeza, mas com cautela, é o desafio dos que chegaram a Brasília no fim de semana e aqui pretendem permanecer na Capital Federal, constitui o cerne de tudo...

C.C.